

PARECER JURÍDICO -nº681/2025

Assunto: Resposta ao Memorando nº 903/2025 - LIC/SEFAZ

I - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 903/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 186/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 088/2025**, tipo **Menor Preço por LOTE**, com objeto serviços de locação, de solução integrada de gestão pública (ERP – Enterprise Resource Planning) **em plataforma web, no modelo SaaS (Software as a Service), responsiva e com arquitetura**

multientidade, destinada ao uso simultâneo, porém independente, pela Prefeitura Municipal de Cataguases e pela Câmara Municipal de Cataguases, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (*LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados*) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (*Lei Anticorrupção*) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

A devida solicitação veio através da **CI nº 304/2025 de 21/10/2025 enviado pela Coordenadora do Setor de Compras, Tábatha Moreira Grôpo,** pelo, cumprindo as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

Conforme mencionado no termo de referencia a licitação será compartilhada tendo como órgãos participantes a Prefeitura e Câmara Municipal de Cataguases-MG, conforme estabelece o Decreto 10.540-SIAFIC.

A fundamentação da necessidade contratação se justifica pela serviços de locação, de solução integrada de gestão pública (ERP – Enterprise Resource Planning) em plataforma web, no modelo SaaS (Software as a Service), responsiva e com arquitetura multientidade, destinada ao uso simultâneo, porém

independente, pela Prefeitura Municipal de Cataguases e pela Câmara Municipal de Cataguases.

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

–

Pabx: (32) 3422-1066

Conforme consta no termo de referencia a despesa da contratação correrá a conta de dotações orçamentárias próprias da Prefeitura Municipal de Cataguases, consignadas nos orçamentos vigentes.

I. Secretaria de Fazenda - Centro de Custo 04 | Ficha 184;

II. Secretaria de Administração - Centro de Custo 02 | Ficha 84;

III. Secretaria de Educação - Centro de Custo 10 | Ficha 524;

IV. Fundo Municipal de Saúde - Centro de Custo 09 | Ficha 413 (Recurso 1.600);

V. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Centro de Custo 15 | Ficha 818 (Recurso 1.500).

No estudo técnico preliminar consta nas paginas 24 a 29, diversas formalizações de demandas, respectivamente da Câmara Municipal DE Cataguases, Secretaria de Administração do Município, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, Secretária de Fazenda, demonstrando os benefícios de tal contratação para as respectivas pastas.

O presente expediente consta com o valor estimado da contratação de R\$ 4.851.678, 00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e setenta centavos), pelo prazo de 60 meses, com o valor unitário de R\$ 80. 861, 31 (oitenta mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos).

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, tendo essa contratação enquadrada como serviço, encontrando-se em conformidade com o disposto trazido pelo art.6º, XI, Lei 14.133/2021, assim apresentado:

Art.6º. Para fins desta Lei, consideram-se: (...)

XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade intelectual ou material, de interesse da Administração;

Com o memorando veio o anexo I, o anexo II, anexo III todos tratando da especificações técnicas .

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

2 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Administração Pública possui a tarefa árdua e complexa de manter o equilíbrio social e gerir a máquina pública, composta por seus órgão e agentes. Por essa razão, não poderia a Lei Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

deixar a critério do administrador a escolhas das pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias e escusas, desvirtuadas do interesse coletivo. De fato, os gestores buscariam contratar com base em critérios pessoais, atendendo a interesses privados.

A exigência de um procedimento licitatório busca contornar esses riscos, por ser um procedimento que antecede o próprio contrato, por meio do qual várias pessoas podem concorrer em igualdade de condições e a Administração Pública pode escolher a proposta mais vantajosa, além de atuar na busca do Desenvolvimento Nacional e evitar a contratação do poder público com valores superfaturados e com sobrepreço. Dessa forma, a licitação é um procedimento administrativo prévio às contratações públicas, realizado em uma série concatenada de atos, legalmente distribuídos, culminando com a celebração do contrato.

O artigo 37 XXI da Constituição Federal determina que os contratos administrativos seja precedidos de licitação pública, bem como o art. 175 da Carta Magna, ao tratar das outorgas de concessões e permissões, também faz referência à obrigatoriedade de licitar, imposta ao ente estatal.

2.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

*apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do **Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União**:*

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. (grifo nosso)

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

Pabx: (32) 3422-1066

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III- a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Secretaria solicitante para a instauração do processo de contratação, o ETP - Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o TR - Termo de Referência, a minuta do Edital, e os anexos com as especificações técnicas. (grifo nosso)

Ressalto que o Plano de Contratação Anual - PCA não foi acostado junto à solicitação para abertura deste Processo Licitatório. Em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, in fine:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

A pesquisa de preços foi realizada através de consultas e análise de licitações similares em outros órgãos, garantindo uma estimativa de custo realista e competitiva, que atendam critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos de conveniência, economicidade e eficiência.

Vale informar que a quantidade dos serviços requisitados estão demonstrados no Termo de Referência acostado em consonância com a Lei 14.133/2021; não admite a subcontratação do objeto. Acerca de tal vedação assim versa o edital em sua cláusula quarta:

“CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É vedada a subcontratação da solução de software objeto desta licitação, devendo a contratada disponibilizar exclusivamente o sistema que atendeu aos requisitos técnicos e funcionais previstos neste Termo de Referência e seus anexos.

4.2 Por se tratar de sistema de propriedade intelectual da contratada, nos termos da Lei Federal nº 9.609/1999, esta deverá assegurar a infraestrutura necessária para a hospedagem da solução em Data Center certificado, garantindo capacidade de processamento e recursos compatíveis com as necessidades do sistema ofertado e o volume de operações da Administração. A estrutura mínima deverá contemplar, entre outros: links redundantes, servidores, sistemas de energia (no breaks e geradores), softwares de virtualização, segurança lógica e física, bem como climatização adequada.”

Ademais, e não haverá exigência de garantia contratual da execução. Ressalto que o fornecimento do objeto será de forma Parcelada.

A licitação será realizada por lotes/grupos, formados por itens, conforme Tabela constante no modelo da proposta comercial. O licitante que apresentar o menor valor global do lote deverá

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

–

informar, na proposta vencedora, o valor individual de todos os itens que o compõem, sob pena de desclassificação.

Quanto a qualificação técnica consta assim versa o edital em tópico 8.9.5:”

8.9.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por entidade pública ou privada usuária dos serviços, que comprove(m) que a licitante implantou e/ou mantém em funcionamento sistema de gestão pública desenvolvido para ambiente web, sem uso de emuladores, acessível pelos principais navegadores do mercado (Microsoft Edge, Firefox e Chrome), com características, funcionalidades e módulos similares aos descritos no Termo de Referência e seus Anexos.

8.9.5.1.1 Será considerada como comprovação mínima de capacidade técnica a apresentação de atestado(s) que demonstrem a execução de sistema equivalente a, no mínimo, 50% da complexidade e do porte do objeto desta contratação, em termos de funcionalidades, número de usuários (mínimo de comprovação: 332 usuários) e abrangência de módulos, observado o disposto no art. 67, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.9.5.2 Declaração de que a proponente tem acesso e total conhecimento sobre os programas fontes, estando apta a realizar os serviços de parametrização, customização e manutenção dos programas ofertados.

8.9.5.3 Declaração formal de que, caso vencedor da licitação, disponibilizará data center (próprio ou terceirizado), localizado geograficamente no Brasil, com capacidade de processamento (links, servidores, no breaks, fontes alternativas de energia (grupo gerador), softwares de virtualização, segurança, sistema de climatização), para alocação dos sistemas objeto desta licitação, conforme orientações deste termo de referência e seus anexos.”

Seguindo a análise, verifica-se que o Termo de Referência elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: (grifo nosso)

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

Pabx: (32) 3422-1066

- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

*Por sua vez, o estudo **técnico preliminar** apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021.*

Desta forma, é possível aferir que os autos desta solicitação encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

2.2 - Da Minuta do Edital

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, “**independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos”. (grifo nosso)

Cabe ressaltar que o edital nos termos do tópico 9, prevê a realização de uma prova de conceito, a ser realizada após o julgamento de propostas e habilitação pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o intuito de se comprovar, de forma prática e objetiva, que o software ofertado atende aos requisitos técnicos, funcionais e de desempenhos previstos no Termo de Referência e seus Anexos.

Ademais, no tópico 15 está previsto todo o regramento para a apuração de infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções.

Integram este Edital do Processo Licitatório nº 186/2025, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de proposta de preços

Anexo II - Minuta de Termo de Contrato

Anexo III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Anexo IV - MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP/EQUIPARADAS

Anexo V - OFICIO DE ABERTURA

Anexo VI - TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO

VII - Especificações técnicas (Anexo 1 do termo de referência)

ANEXO VIII - Especificações da aplicação (Anexo 2 do termo de referência)

ANEXO IX - Especificações técnicas dos módulos (Anexo 3 do termo de referência)

ANEXO X - Estudo técnico preliminar (ETP), mapa de risco e demandas

Anexo XI - Cotação de preços/Mapa analítico

Processo Licitatório nº 088/2025

Anexo XII- Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo XIII - Relação dos itens no ComprasGovernamentais

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

–

Pabx: (32) 3422-1066

Anexo XIV - Lei 4.853/2022

Anexo XV - Lei 4.971/2023

Anexo XVI - Parecer jurídico abertura

2.3 - Da Minuta do Contrato

Se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em Contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação e razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§1º. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto o art. 92 desta Lei.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro. (grifo nosso)

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da Lei 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de serviço contínuo, atendendo o disposto no inciso XV, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. (grifo nosso)

*Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “**menor preço por Lote**”, do mesmo modo, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento, reforçadas no Edital acostado. (grifo nosso)*

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

Pabx: (32) 3422-1066

Não é admitida a subcontratação do objeto e por se tratar aquisição por lote, pretendendo-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Órgão. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

*Ademais a vigência da contratação por 60 (sessenta) meses, nos termos da cláusula segunda do contrato é adequada uma vez que é permitida pelo art. 106 da **Lei 14133/15**:*

” Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

*§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.”

Deve ser ressaltado que a contratação se dará após justificativa robusta de sua implementação, uma vez que o sistema a ser contratado beneficiará a Administração Pública Municipal como um todo.

2.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato

*Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.***

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.

3 - DO PARECER

Considerando a justificativa plausível e necessária por parte das diversas secretárias do município, a saber: Câmara Municipal DE Cataguases, Secretaria de Administração do Município, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, Secretária de Fazenda, de forma a atender a Administração Pública Municipal como um todo, buscando e visando a continuidade e a prestação dos serviços executados pelos setores, justificando plenamente a contratação de empresa especializada em **locação, de solução integrada de gestão pública (ERP – Enterprise Resource Planning) em plataforma web, no modelo SaaS (Software as a Service), responsiva e com arquitetura multientidade, destinada ao uso simultâneo, porém independente, pela Prefeitura Municipal de Cataguases e pela Câmara Municipal de Cataguases.**

Os documentos acostados, estão em conformidade com o Edital trazido para apreciação e análise prévia, sendo considerado a “lei” interna da licitação, donde define tudo o que for importante para o certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. Importante frisar que Edital não é LEI, mas sim, um ato administrativo submisso à lei, devendo ser formulado de acordo com as disposições legais, o que consta deste apresentado.

No mais, cumpre ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, sendo prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

4 - CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 186/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 903/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 – Cataguases/MG

—

À consideração superior.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Cataguases, 29 de outubro de 2025

Estevão Rocha Malta

OAB/MG 177.178